

# Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas: Redação e Edição para Publicações Biomédicas

Atualizado em abril de 2010

Ética das publicações: patrocínio, autoria e responsabilidade  
Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas

---

---

As informações a seguir estão disponíveis para visualização/impressão no formato pdf do Adobe Acrobat.

## I. Declaração de finalidade

- A. Sobre os Requisitos Uniformes
- B. Usuários potenciais dos Requisitos Uniformes
- C. Como usar os Requisitos Uniformes

## II. Considerações éticas na realização e nos relatos de pesquisa

### A. Autoria e contribuições

- 1. Autores
- 2. Colaboradores listados nos Agradecimentos

### B. Editoria

- 1. A função do editor
- 2. Liberdade editorial

### C. Revisão por pares

### D. Conflito de interesses

- 1. Possíveis conflitos de interesses referentes às relações de cada autor
- 2. Possíveis conflitos de interesses referentes ao suporte do projeto
- 3. Possíveis conflitos de interesses referentes às relações de editores, da equipe da revista ou de revisores

### E. Privacidade e confidencialidade

- 1. Pacientes e participantes do estudo
- 2. Autores e revisores

### F. Proteção de seres humanos e animais em pesquisas

## III. Questões editoriais e de publicação relacionadas a revistas biomédicas

### A. Obrigatoriedade de publicar estudos negativos

### B. Correções, retratações e "expressões de preocupação"

### C. Direitos autorais

### D. Publicações sobrepostas

- 1. Dupla submissão
- 2. Publicação redundante

- 3. Publicação secundária aceitável
- 4. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo

- a. Diferenças na análise ou interpretação

- b. Diferenças nos métodos ou resultados relatados

- 5. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo banco de dados

E. Correspondência

F. Suplementos, edições temáticas e série especial

G. Publicação eletrônica

H. Publicidade

I. Revistas médicas e a mídia geral

J. Obrigatoriedade de registro de ensaios clínicos

IV. Preparação e submissão de manuscritos

A. Preparação de um manuscrito para submissão a revistas biomédicas

- 1. a. Princípios gerais

- b. Diretrizes de relato para estudos com delineamentos específicos

- 2. Folha de rosto

- 3. Página de declaração de conflitos de interesses

- 4. Resumo e palavras-chave

- 5. Introdução

- 6. Métodos

- a. Seleção e descrição dos participantes

- b. Informações técnicas

- c. Estatística

- 7. Resultados

- 8. Discussão

- 9. Referências

- a. Considerações gerais relacionadas às referências

- b. Estilo e formato das referências

- 10. Tabelas

- 11. Imagens (figuras)

- 12. Legendas das imagens (figuras)

- 13. Unidades de medida

- 14. Abreviações e símbolos

B. Envio do manuscrito para a revista

V. Referências

A. Referências impressas citadas neste documento

B. Outras fontes de informação relacionadas a

revistas biomédicas

VI. Sobre o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas

## VII. Autores dos Requisitos Uniformes

## VIII. Uso, distribuição e tradução dos Requisitos Uniformes

## IX. Perguntas

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164 - ISSN: 0103-4065 - ISSN on-line: 2177-8264*

**DOI:** 10.5533/2177-8264-201123310

*Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas: Redação e Edição para Publicações Biomédicas 153*

---

### I. Declaração de finalidade

#### I. A. Sobre os Requisitos Uniformes

Em 1978, um pequeno grupo de editores de revistas médicas gerais se reuniu informalmente em Vancouver, Colúmbia Britânica, visando estabelecer diretrizes para o formato de manuscritos submetidos aos seus periódicos. Esse grupo ficou conhecido como *Vancouver Group* (Grupo Vancouver). Seus requisitos para manuscritos, incluindo formatos de referências bibliográficas desenvolvidos pela *National Library of Medicine* (NLM — Biblioteca Nacional de Medicina), foram publicados pela primeira vez em 1979. O Vancouver Group cresceu e evoluiu para o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE — Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas), que se reúne anualmente. O ICMJE vem ampliando gradualmente sua área de interesse para incluir princípios éticos relacionados à publicação em revistas biomédicas.

O ICMJE produziu várias edições dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas. Ao longo dos anos, surgiram questões que vão além da preparação do manuscrito, resultando no desenvolvimento de várias declarações separadas sobre a política editorial. O documento completo de Requisitos Uniformes foi revisado em 1997; seções foram atualizadas em maio de 1999 e maio de 2000. Em maio de 2001, o ICMJE revisou as seções relacionadas a potenciais conflitos de interesses. Em 2003, o comitê revisou e reorganizou todo o documento, incorporando as declarações separadas no texto. O comitê preparou esta revisão em 2010.

O conteúdo completo pode ser reproduzido para fins educacionais não lucrativos, sem considerar direitos autorais; o comitê incentiva a distribuição do material.

As revistas que concordarem em usar os Requisitos Uniformes são incentivadas a declarar que adotam esses requisitos em suas Instruções aos Autores e a citar esta versão. Os periódicos que desejarem ter seu nome incluído na lista de publicações que seguem os Requisitos Uniformes devem entrar em contato com a secretaria do ICMJE.

O ICMJE é um pequeno grupo de trabalho de revistas médicas gerais, não uma organização aberta. Ocasionalmente, o ICMJE convida um novo membro ou convidado quando entende que a revista ou organização pode oferecer uma nova perspectiva. Entre as organizações abertas a editores e outras publicações biomédicas estão a *World Association of Medical Editors* ([www.WAME.org](http://www.WAME.org) — Associação Mundial de Editores Médicos), o *Council of Science Editors* ([www.councilscienceeditors.org](http://www.councilscienceeditors.org) — Conselho de Editores Científicos) e a *European Association of Science Editors* ([www.ease.org.uk](http://www.ease.org.uk) — Associação Europeia de Editores Científicos).

#### I. B. Usuários potenciais dos Requisitos Uniformes

O ICMJE criou os Requisitos Uniformes principalmente para ajudar autores e editores em suas tarefas mútuas de criação e distribuição de estudos biomédicos precisos, claros e de fácil acesso. As seções iniciais abordam princípios éticos relacionados ao processo de avaliação, aprimoramento e publicação de manuscritos em revistas biomédicas e as relações de editores com autores, pareceristas e a mídia. As

últimas seções envolvem aspectos mais técnicos da preparação e submissão de manuscritos. O ICMJE acredita que o documento como um todo é relevante para autores e editores.

Os Requisitos Uniformes também podem fornecer noções úteis sobre o processo de redação e edição biomédica a outras partes interessadas (pareceristas, editoras, mídia, pacientes e seus familiares e leitores em geral).

### **I. C. Como usar os Requisitos Uniformes**

Os Requisitos Uniformes estabelecem princípios éticos para a condução de pesquisas e elaboração de seus relatos, oferecendo recomendações associadas a elementos específicos de edição e redação. Essas recomendações são fundamentadas, em grande parte, nas experiências compartilhadas de um número moderado de editores e autores, coletadas ao longo de muitos anos, e não nos resultados de investigações metódicas e planejadas que aspiram ser "baseadas em evidências". Sempre que possível, as recomendações são acompanhadas por uma lógica que as justifica; assim sendo, o documento serve a um propósito educacional.

Autores vão notar as vantagens de seguir as recomendações deste documento sempre que possível, pois, conforme descrito nas explicações, isso melhora a qualidade e a clareza dos relatos de manuscritos submetidos a qualquer revista, além de facilitar a edição. Ao mesmo tempo, cada periódico tem requisitos editoriais especificamente adequados aos seus propósitos. Os autores precisam, portanto, familiarizar-se com as Instruções aos Autores específicas da revista que escolheram para seu manuscrito e segui-las; por exemplo, quais os tópicos apropriados para determinada revista e os tipos de trabalhos que podem ser enviados (como artigos originais, revisões ou relatos de caso).

## **II. Considerações éticas na realização e nos relatos de pesquisa**

### **II A. Autoria e contribuições**

#### **II. A. 1. Autores**

Um "autor" é geralmente alguém que tenha feito contribuições intelectuais substanciais a um estudo publicado. A autoria biomédica continua tendo implicações acadêmicas, sociais e financeiras importantes (1). *Um autor deve assumir a responsabilidade por pelo menos um componente do trabalho, ser capaz de identificar quem é responsável por cada um dos outros componentes e, preferencialmente, ter confiança na capacidade e integridade de seus coautores.* No passado, os leitores raramente recebiam informações sobre contribuições em estudos de pessoas listadas como autores e nos Agradecimentos (2). Alguns periódicos agora solicitam e publicam informações sobre as contribuições de cada pessoa mencionada como tendo participado de um estudo enviado, pelo menos em pesquisas originais. Editores são fortemente encorajados a desenvolver e implementar uma política de participação, bem como uma política para identificar a pessoa responsável pela integridade do trabalho como um todo.

Embora as políticas de participação e responsabilidade obviamente eliminem grande parte da ambiguidade em torno das contribuições, elas deixam em aberto a questão da quantidade e qualidade da contribuição que qualifica a autoria. O ICMJE recomenda os critérios abaixo para autoria; esses critérios ainda são apropriados para periódicos que diferenciam autores de outros colaboradores.

- O crédito de autoria deve ser baseado em 1) contribuições substanciais para a concepção e delineamento, aquisição de dados ou análise e interpretação de dados; 2) redação do artigo ou revisão crítica de conteúdo intelectual relevante; e 3) aprovação final da versão a ser publicada. Os autores devem atender às condições 1, 2 e 3.
- Quando um grande grupo multicêntrico tiver realizado o trabalho, o grupo deve identificar os indivíduos que aceitam responsabilidade direta pelo manuscrito (3). Esses indivíduos devem satisfazer totalmente

aos critérios de autoria/contribuição definidos acima e os editores solicitarão a esses indivíduos que preencham as declarações específicas da revista quanto aos autores e conflitos de interesses. Ao submeter um manuscrito elaborado por um grupo, o autor correspondente deve indicar claramente a citação preferencial e identificar cada autor, assim como o nome do grupo. Os periódicos geralmente listam outros membros do grupo nos Agradecimentos. A NLM indexa o nome do grupo e os nomes dos indivíduos que o grupo identifica como sendo diretamente responsáveis pelo manuscrito; ela também elenca os nomes dos colaboradores se estes forem mencionados nos Agradecimentos.

- Aquisição de fundos, coleta de dados ou supervisão geral do grupo de pesquisa por si só não constitui autoria.
  - Todas as pessoas designadas como autoras devem estar qualificadas para autoria e todas as pessoas qualificadas devem ser listadas.
  - Cada autor deve ter participado suficientemente do trabalho para assumir responsabilidade pública por partes apropriadas do conteúdo. Atualmente, algumas revistas também solicitam que um ou mais autores, chamados de "responsáveis", sejam identificados como pessoas que assumem a responsabilidade pela integridade do trabalho como um todo, da concepção à publicação do artigo, e divulgam essas informações. Cada vez mais, a autoria de ensaios multicêntricos é atribuída a um grupo. Todos os membros do grupo mencionados como autores devem atender plenamente aos critérios de autoria/contribuição acima.
- O grupo deve tomar decisões conjuntas sobre colaboradores/autores antes de submeter o manuscrito para publicação. O autor correspondente/responsável deve estar preparado para explicar a presença e a ordem desses indivíduos. Não é função dos editores tomar decisões de autoria/contribuição ou mediar conflitos relacionados à autoria.

## **II. A. 2. Colaboradores listados nos Agradecimentos**

Todos os colaboradores que não satisfizerem aos critérios de autoria devem ser listados em uma seção de agradecimentos. Exemplos de indivíduos que podem ser reconhecidos incluem alguém que forneceu ajuda puramente técnica, auxiliou na redação ou um chefe de departamento que ofereceu apenas suporte geral. Os editores devem pedir aos autores correspondentes que declarem se tiveram assistência no delineamento do estudo, coleta de dados, análise de dados ou preparação do manuscrito. Caso tenha havido tal assistência, os autores devem divulgar a identidade dos indivíduos que forneceram esse auxílio e a entidade responsável pelo apoio no artigo publicado. O suporte financeiro e material também deve ser reconhecido.

Grupos de pessoas que contribuam materialmente para o trabalho, mas cuja colaboração não justifica a autoria, podem ser listados em títulos como "pesquisadores clínicos" ou "pesquisadores participantes" e suas funções ou contribuições devem ser descritas; por exemplo, "atuaram como orientadores científicos", "revisaram criticamente a proposta do estudo", "coletaram dados" ou "ofereceram assistência e cuidados aos pacientes do estudo". Como os leitores podem inferir que essas pessoas endossam os dados e as conclusões, elas devem autorizar esse reconhecimento por escrito.

## **II. B. Editoria**

### **II. B. 1. A função do editor**

O editor de uma revista é a pessoa responsável por todo o seu conteúdo. Proprietários e editores de revistas médicas têm um projeto comum — a publicação de um periódico confiável e legível produzido com o devido respeito aos objetivos declarados da revista e aos custos. Proprietários e editores, no entanto, têm funções diferentes. Proprietários têm o direito de nomear e demitir editores e de tomar decisões importantes de negócios, nas quais os editores devem estar envolvidos o máximo possível.

Editores devem ter autoridade total para determinar o conteúdo editorial da revista. O conceito de liberdade editorial deve ser defendido firmemente pelos editores, mesmo que isso coloque seus cargos em risco. Para garantir essa liberdade na prática, o editor deve ter acesso direto ao mais alto nível da hierarquia e não a um gerente encarregado.

Editores de revistas médicas devem ter um contrato que declare claramente seus direitos e deveres, os termos gerais da nomeação e os mecanismos para resolução de conflitos.

Um conselho consultivo editorial independente pode ser útil para ajudar o editor a estabelecer e manter a política editorial.

## **II. B. 2. Liberdade editorial**

O ICMJE adota a definição da *World Association of Medical Editors* para liberdade editorial. De acordo com ela, liberdade (ou independência) editorial é o conceito de que editores-chefes têm total autonomia sobre o conteúdo editorial de sua revista e quando este conteúdo deve ser publicado. Proprietários de periódicos não devem interferir na avaliação, seleção ou edição de artigos, seja diretamente ou criando um ambiente que exerça uma forte influência nas decisões. Proprietários de revistas não devem exigir que editores publiquem suplementos como parte de seus acordos contratuais. Editores devem basear suas decisões na validade do trabalho e sua importância para os leitores da revista, não no sucesso comercial do periódico. Editores devem ser livres para expressar opiniões críticas porém responsáveis sobre todos os aspectos da medicina sem medo de retribuição, mesmo que essas opiniões contrariem os objetivos comerciais da revista. Editores e organizações de editores são obrigados a apoiar o conceito de liberdade editorial e a levar ao conhecimento das comunidades médicas, acadêmicas e leigas internacionais as transgressões importantes contra essa liberdade.

## **II. C. Revisão por pares**

A avaliação imparcial, independente e crítica é parte intrínseca de todo o trabalho acadêmico, incluindo o processo científico. A revisão por pares é a análise crítica de manuscritos submetidos a periódicos realizada por especialistas que não fazem parte da equipe editorial. Portanto, a revisão por pares pode ser vista como uma extensão importante do processo científico. Embora seu valor real tenha sido pouco estudado e seja amplamente debatido (4), a revisão por pares ajuda os editores a decidir quais manuscritos são adequados para sua revista e ajuda autores e editores a melhorar a qualidade dos relatos. Um periódico revisado por pares envia a maioria de seus artigos de pesquisa publicados para revisão externa. O número e os tipos de manuscritos enviados para revisão, o número de revisores, os procedimentos de revisão e o uso das opiniões dos revisores podem variar. Por questões de transparência, cada periódico deve divulgar publicamente suas políticas e tempos médios de retorno em suas Instruções aos Autores.

## **I. D. Conflito de interesses**

A confiança do público no processo de revisão por pares e a credibilidade dos artigos publicados dependem, em parte, de como os conflitos de interesses são tratados durante a redação, revisão por pares e tomada de decisões editoriais. Conflitos de interesses existem quando um autor (ou a instituição do autor), revisor ou editor tem relações financeiras ou pessoais que influenciam inapropriadamente (viés) suas ações (tais relações também são conhecidas como compromissos duplos, interesses concorrentes ou lealdades conflitantes). Esses relacionamentos variam, podendo ser desde insignificantes até ter um grande potencial para impactar o julgamento. Nem todos os relacionamentos representam conflitos de interesses reais. Por outro lado, podem existir potenciais conflitos de interesses, independentemente de um indivíduo acreditar que o relacionamento afeta ou não seu julgamento científico. Relações financeiras (como vínculo empregatício, consultorias, posse de ações, honorários e depoimento de especialista pago) são os conflitos de interesses mais facilmente identificados e os que têm mais chances de minar a credibilidade da revista, dos autores e da própria ciência. No entanto, conflitos podem ocorrer por outros motivos, como relacionamentos pessoais, concorrência acadêmica e paixão intelectual.

Cada participante do processo de revisão por pares e publicação deve divulgar todas as relações que possam ser vistas como potenciais conflitos de interesses. A declaração de tais relações também é importante em editoriais e artigos de revisão, pois pode ser mais difícil detectar o viés nesses tipos de publicações do que em pesquisas originais. Editores podem usar as informações fornecidas nas declarações de conflitos de interesses e de interesse financeiro como base para decisões editoriais. Editores devem publicar esta informação se acreditarem que seja importante para julgar o manuscrito.

#### **II. D. 1. Possíveis conflitos de interesses referentes às relações de cada autor**

Quando autores submetem um manuscrito, seja um artigo ou uma carta, eles são responsáveis por informar todas as relações pessoais e financeiras que possam influenciar seu trabalho. Para evitar ambiguidade, os autores devem declarar explicitamente se potenciais conflitos existem ou não. Os autores devem fazê-lo no manuscrito em uma página de declaração de conflitos de interesses que segue a folha de rosto, fornecendo detalhes adicionais, se necessário, na carta de apresentação que acompanha o manuscrito. (*Consulte a Seção IV. A. 3. Divulgação de conflitos de interesses*) O ICMJE desenvolveu um formato de divulgação uniforme que foi usado como piloto em seus periódicos membros em 2009. A segunda versão do formulário já está disponível, juntamente com um glossário. Outras revistas também podem adotar este formulário.

Autores devem identificar indivíduos que ajudaram na redação ou ofereceram outro tipo de auxílio e divulgar a fonte de financiamento para essa assistência. Pesquisadores devem informar potenciais conflitos aos participantes do estudo e declarar no manuscrito se o fizeram. Editores também precisam decidir se devem publicar as informações divulgadas pelos autores sobre possíveis conflitos. Em caso de dúvida, é melhor optar pela publicação.

#### **II. D. 2. Possíveis conflitos de interesses referentes ao suporte do projeto**

Cada vez mais estudos individuais recebem financiamento de empresas comerciais, fundações privadas e do governo. As condições desse financiamento têm o potencial de enviesar ou até de desmerecer a pesquisa.

Cientistas têm a obrigação ética de enviar resultados de pesquisa confiáveis para publicação. Pesquisadores não devem firmar acordos que interfiram em seu acesso a todos os dados e sua capacidade de analisá-los de forma independente, bem como de preparar e publicar manuscritos. Autores devem descrever o papel do patrocinador do estudo, se houver, no delineamento do estudo; na coleta, análise e interpretação dos dados; na redação do relato; e na decisão de submeter o relato para publicação. Se a fonte de suporte não teve tal envolvimento, os autores devem dizê-lo. Vieses potencialmente introduzidos quando patrocinadores estão diretamente envolvidos na pesquisa são análogos aos vieses metodológicos. Alguns periódicos, portanto, optam por incluir informações sobre o envolvimento de patrocinadores na seção Métodos.

Editores podem solicitar que os autores de um estudo financiado por uma agência com interesse proprietário ou financeiro no resultado assinem uma declaração, tal como "tive acesso total a todos os dados deste estudo e assumo completa responsabilidade pela integridade dos dados e pela precisão da análise dos dados". Editores devem ser encorajados a revisar cópias do protocolo e/ou contratos associados aos estudos de um projeto específico antes de aceitá-los para publicação. Editores podem solicitar uma análise estatística de todos os dados por um bioestatístico independente. Editores podem optar por não considerar um artigo se um patrocinador tiver tomado o controle dos autores sobre o direito de publicação.

#### **II. D. 3. Possíveis conflitos de interesses referentes às relações de editores, da equipe da revista ou de revisores**

Editores devem evitar selecionar pareceristas externos com conflito de interesses evidente; por exemplo, aqueles que trabalham no mesmo departamento ou instituição de um dos autores. Autores geralmente fornecem aos editores os nomes das pessoas que eles não acham que deveriam revisar um manuscrito devido a potenciais, geralmente profissionais, conflitos de interesses. Quando possível, os autores devem

ser convidados a explicar ou justificar suas preocupações; essa informação é importante para os editores decidirem se devem acatar tais pedidos.

Revisores devem divulgar aos editores quaisquer conflitos de interesses que possam influenciar suas opiniões sobre o manuscrito e recusar revisar manuscritos específicos se houver potencial de viés. Como no caso dos autores, o silêncio por parte dos revisores sobre potenciais conflitos pode significar que existem conflitos e o revisor não os divulgou ou que os conflitos não existem. Portanto, também é necessário solicitar que os revisores declarem explicitamente se conflitos existem ou não. Revisores não devem utilizar o conhecimento do trabalho, antes da sua publicação, para promover seus próprios interesses.

Editores que tomam decisões finais sobre os manuscritos não devem ter nenhum envolvimento pessoal, profissional ou financeiro com nenhuma das questões que podem vir a julgar. Outros membros da equipe editorial, caso participem de decisões editoriais, devem fornecer aos editores uma descrição atual de seus interesses financeiros (já que estes podem estar relacionados a julgamentos editoriais) e se abster de quaisquer decisões em que exista um conflito de interesses. A equipe editorial não deve usar as informações obtidas por meio do trabalho com os manuscritos para ganho pessoal. Editores devem publicar declarações regulares sobre possíveis conflitos de interesses associados às relações da equipe da revista.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

156

COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

---

## **II. E. Privacidade e confidencialidade**

### **II. E. 1. Pacientes e participantes do estudo**

Pacientes têm direito à privacidade e esta não deve ser violada sem consentimento livre e esclarecido. Informações que possibilitem identificação, incluindo nomes, iniciais ou números de registro hospitalar, não devem ser publicadas em descrições escritas, fotografias ou genealogias, a menos que sejam essenciais para fins científicos e o paciente (ou pai ou responsável) assine o termo de consentimento livre e esclarecido para publicação. O consentimento livre e esclarecido para esta finalidade determina que o manuscrito a ser publicado seja mostrado ao paciente identificável. Os autores devem informar a esses pacientes se algum material capaz de os identificar pode estar disponível na Internet ou por impresso após a publicação. O consentimento do paciente deve ser dado por escrito e arquivado pela revista, pelos autores ou ambos, conforme estipulado pelas regulamentações ou leis locais. As leis aplicáveis variam de acordo com a localidade e os periódicos devem estabelecer suas próprias políticas com orientação legal. Como a revista que arquia o termo de consentimento fica ciente da identidade do paciente, algumas delas podem decidir que a confidencialidade do paciente está mais segura com os autores. Dessa forma, em vez de arquivar o termo de consentimento, a revista recebe dos autores uma declaração escrita atestando o recebimento e arquivamento do consentimento escrito do paciente.

Detalhes identificadores não essenciais devem ser omitidos. O consentimento livre e esclarecido deve ser obtido se houver qualquer dúvida de que o anonimato possa ser mantido. Por exemplo, esconder a região dos olhos em fotografias de pacientes é uma proteção inadequada do anonimato. Se as características de identificação forem alteradas para proteger o anonimato, como em genealogias, os autores devem garantir, e os editores devem comprovar, que tais alterações não distorçam o significado científico. A exigência do termo de consentimento livre e esclarecido deve ser incluída nas Instruções aos Autores da revista. A obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido deve estar indicada no artigo publicado.

### **II. E. 2. Autores e revisores**

Os manuscritos devem ser revisados respeitando a confidencialidade dos autores. Ao submeter seus manuscritos para revisão, os autores confiam aos editores os resultados de seu trabalho científico e esforço criativo, dos quais sua reputação e carreira podem depender. Os direitos dos autores podem ser



violados pela divulgação de detalhes confidenciais durante a revisão do manuscrito. Revisores também têm direito à confidencialidade, que deve ser respeitada pelo editor. A confidencialidade pode ser quebrada caso haja denúncia de desonestidade ou fraude, do contrário, ela deve ser preservada.

Editores não devem divulgar informações sobre os manuscritos (incluindo seu recebimento, conteúdo, status no processo de revisão, críticas de revisores ou destino final) a qualquer pessoa que não seja um autor ou revisor. Isso inclui solicitações de uso do material para procedimentos legais.

Editores devem deixar claro a seus revisores que os manuscritos enviados para revisão são informações privilegiadas e propriedade privada dos autores. Portanto, revisores e membros da equipe editorial devem respeitar os direitos dos autores, não discutindo o trabalho publicamente ou se apropriando de suas ideias antes da publicação do manuscrito. Revisores não podem fazer cópias do manuscrito para seu arquivo pessoal e ficam proibidos de compartilhá-lo com outros, exceto com a permissão do editor. Revisores devem devolver ou destruir as cópias dos manuscritos após o envio dos comentários. Editores não devem manter cópias de manuscritos rejeitados.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

Os comentários do revisor não devem ser publicados ou divulgados sem a permissão do revisor, do autor e do editor.

Opiniões sobre o anonimato dos revisores são divergentes. Autores devem consultar as Informações para Autores da revista para a qual escolheram submeter um manuscrito para saber se as revisões são anônimas. Quando os comentários não são assinados, a identidade dos revisores não deve ser revelada ao autor ou a qualquer outra pessoa sem a permissão dos revisores.

Alguns periódicos publicam os comentários dos revisores com o manuscrito. Esse procedimento não deve ser adotado sem o consentimento dos autores e revisores. Contudo, os comentários do revisor devem ser enviados a outras pessoas que revisam o mesmo manuscrito, ajudando os revisores a aprender com este processo. Revisores também podem ser notificados da decisão do editor de aceitar ou rejeitar um manuscrito.

## **II. F. Proteção de seres humanos e animais em pesquisas**

Ao relatar experimentos em seres humanos, os autores devem indicar se os procedimentos seguidos estão de acordo com os padrões éticos do comitê responsável por experimentos em seres humanos (institucional e nacional) e com a Declaração de Helsinque de 1975, conforme a revisão de 2008 (5). Caso haja dúvida sobre a conformidade da pesquisa com a Declaração de Helsinque, os autores devem explicar a lógica de sua abordagem e demonstrar que o órgão de revisão institucional aprovou explicitamente os aspectos questionáveis do estudo. Ao relatar experimentos em animais, os autores devem indicar se o guia institucional e nacional para o cuidado e o uso de animais de laboratório foi seguido.

## **III. Questões editoriais e de publicação relacionadas a revistas biomédicas**

### **III. A. Obrigatoriedade de publicar estudos negativos**

Editores devem considerar seriamente a publicação de qualquer estudo feito com cuidado a respeito de uma questão importante e relevante para seus leitores, sejam os resultados do desfecho primário ou de qualquer outro desfecho adicional estatisticamente significativos ou não. O não envio ou publicação de achados devido à falta de significância estatística é uma causa importante de viés de publicação.

### **III. B. Correções, retratações e "expressões de preocupação"**

A princípio, os editores devem presumir que os autores estão reportando o trabalho com base em observações honestas. No entanto, dois tipos de dificuldades podem surgir.

Primeiro, podem ser observados erros em artigos publicados que requeiram a publicação de uma correção ou errata de parte do trabalho. As correções devem aparecer em uma página numerada, ser listadas no Índice, incluir a citação original completa e, se estiver online, ter o link para o artigo original e vice-versa. É possível que um erro seja tão grave a ponto de invalidar todo o trabalho, mas essa é uma situação improvável e deve ser abordada por editores e autores individualmente. Tal erro não deve ser confundido com inadequações expostas pelo surgimento de novas informações científicas no curso normal da pesquisa. Este último cenário não requer correções ou remoções.

*Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas: Redação e Edição para Publicações Biomédicas 157*

---

O segundo tipo de dificuldade é a fraude científica. Se surgirem dúvidas substanciais quanto à honestidade ou integridade do trabalho, quer submetido ou publicado, cabe ao editor garantir que a questão seja adequadamente investigada, geralmente pela instituição patrocinadora dos autores. Normalmente, não é responsabilidade do editor conduzir uma investigação completa ou fazer uma determinação — esta responsabilidade recai sobre a instituição onde o trabalho foi feito ou sobre o órgão financiador. O editor deve ser prontamente informado sobre a decisão final e, se um trabalho fraudulento tiver sido publicado, o periódico deve imprimir uma retratação. Se esse método de investigação não resultar em uma conclusão satisfatória, o editor poderá optar por conduzir sua própria investigação. Como alternativa à retratação, o editor pode publicar uma expressão de preocupação sobre aspectos relativos à realização ou integridade do trabalho.

A retratação ou expressão de preocupação, assim chamada, deve aparecer em uma página numerada em seção proeminente da revista impressa e sua versão online, ser listada no Índice e incluir o título do artigo original em seu cabeçalho. Não deve ser simplesmente uma carta ao editor. O ideal é que o primeiro autor da retratação seja o mesmo do artigo, embora, em certas circunstâncias, o editor possa aceitar retratações de outras pessoas responsáveis. O texto deve explicar o motivo da retratação e incluir a referência completa deste artigo.

Não é possível pressupor a validade de trabalhos anteriores dos autores de um artigo fraudulento. Editores podem solicitar à instituição vinculada ao autor que garanta a validade de trabalhos anteriores publicados em sua revista ou retratá-los. Se isso não for feito, os editores podem decidir publicar uma declaração expressando preocupação sobre a incerteza da validade de trabalhos publicados anteriormente.

Editores que tiverem dúvidas relacionadas à má conduta editorial ou científica podem consultar os excelentes fluxogramas desenvolvidos pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE — Comitê de Ética em Publicações) (<http://www.publicationethics.org.uk>). Criado em 1997, o COPE é um fórum no qual editores de revistas revisadas por pares podem discutir questões relacionadas à integridade do registro científico; ele apoia e incentiva os editores a reportar, catalogar e instigar investigações sobre problemas éticos no processo de publicação. O principal objetivo do COPE é oferecer um espaço seguro para editores que buscam lidar da melhor forma com possíveis violações de ética relacionadas à pesquisa e publicação.

### **III. C. Direitos autorais**

Muitas revistas biomédicas pedem aos autores que transfiram seus direitos autorais para a revista. No entanto, um número crescente de periódicos de "acesso aberto" não exige a transferência dos direitos autorais. Editores devem deixar clara sua posição sobre a transferência de direitos autorais tanto para autores quanto para outras pessoas que possam estar interessadas em usar o conteúdo editorial de sua revista. O status dos direitos autorais dos artigos em um dado periódico pode variar: alguns conteúdos não podem ser protegidos por direitos autorais (por exemplo, artigos escritos por funcionários governamentais durante seu trabalho); editores podem concordar em renunciar aos direitos autorais de outros; e outros casos podem ser protegidos sob direitos seriais (ou seja, permite-se o uso em publicações que são sejam revistas, incluindo publicações eletrônicas).

### **III. D. Publicações sobrepostas**

#### **III. D. 1. Envio duplicado**

A maioria das revistas biomédicas não considerará manuscritos que estão sendo apreciados simultaneamente por outros periódicos. Entre as principais razões que levaram a esta política estão: 1) o potencial de discordância quando dois (ou mais) periódicos reivindicam o direito de publicar um manuscrito que tenha sido submetido simultaneamente a eles; e 2) a possibilidade de duas ou mais revistas, sem saber e desnecessariamente, executarem o trabalho de revisão por pares, editarem o mesmo manuscrito e publicarem o mesmo artigo.

Entretanto, editores de revistas diferentes podem decidir publicar um artigo simultaneamente ou conjuntamente se acreditarem que isso seria do interesse da saúde pública.

### **III. D. 2. Publicação redundante**

Publicação redundante (ou duplicada) é aquela em que um trabalho se sobrepõe substancialmente a outro já publicado em mídia impressa ou eletrônica.

Leitores de revistas de fonte primária — impressas ou eletrônicas — devem ter o direito de poder confiar que estão lendo algo original, a menos que haja uma declaração clara de que o autor e o editor estão republicando intencionalmente um artigo. As bases desta posição são leis internacionais de direitos autorais, conduta ética e uso econômico de recursos. A publicação duplicada de uma pesquisa original é particularmente problemática, pois pode resultar em contagem dupla inadvertida ou mensuração inadequada dos resultados de um único estudo, distorcendo a evidência disponível.

A maioria das revistas não deseja receber trabalhos que já tenham sido relatados em grande parte em um artigo publicado ou que estejam contidos em outro estudo já submetido ou aceito para publicação em outro veículo, seja em mídia impressa ou eletrônica. Essa política não impede que a revista considere um estudo que tenha sido rejeitado por outro periódico ou um relato completo após a publicação de um relato preliminar, como um resumo ou pôster exibido em um encontro profissional. Também não impede que os periódicos avaliem um artigo apresentado em um encontro científico, mas que não tenha sido publicado na íntegra, ou que esteja sendo considerado para publicação em anais ou formatos semelhantes. Comunicados de imprensa sobre encontros agendados geralmente não são considerados violações desta regra, mas podem vir a ser se dados adicionais ou cópias de tabelas e figuras expandam estes relatos. O ICMJE não considera os resultados divulgados nos registros de ensaios clínicos como publicação anterior desde que sejam apresentados no mesmo registro inicial dos métodos do estudo aceito pelo ICMJE e publicados na forma de resumo estruturado ou tabela. O ICMJE também acredita que o registro dos resultados deve citar publicações completas dos resultados quando disponíveis ou incluir uma declaração indicando que os resultados ainda não foram publicados em um periódico revisado por pares.

Ao enviar um artigo, o autor deve sempre fazer uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e relatos anteriores (incluindo apresentações em encontros e publicação de resultados em registros) que possam ser considerados como publicação redundante ou duplicada. Os autores devem avisar o editor se o manuscrito incluir assuntos abordados por eles em um relato anterior ou que constem em um relato relacionado submetido a outra publicação. Qualquer relato desse tipo deve ser citado e referenciado no novo artigo. Cópias desse material devem ser incluídas com o manuscrito submetido para ajudar o editor a decidir sobre como lidar com a situação.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

158

Se houver tentativa ou ocorrência de publicação redundante ou duplicada sem essa notificação, os autores ficam sujeitos a ações editoriais. No mínimo, deve-se esperar a imediata rejeição do manuscrito submetido. Se o editor não estava ciente das violações e o artigo já foi publicado, então um aviso de publicação redundante ou duplicada provavelmente será reproduzido com ou sem a explicação ou aprovação do autor.

Relatos preliminares para a mídia pública, agências governamentais ou produtores de informações científicas descritos em um trabalho ou carta ao editor que tenha sido aceito, mas ainda não publicado, violam as políticas de muitos periódicos. Esses relatos podem ser justificados quando o artigo ou carta descreve avanços terapêuticos importantes ou perigos para a saúde pública, tais como efeitos adversos

graves de medicamentos, vacinas, outros produtos biológicos, dispositivos médicos ou doenças de notificação compulsória. Esses relatos não prejudicam a publicação, mas devem ser discutidos com o editor e acordados com antecedência.

### **III. D. 3. Publicação secundária aceitável**

Certos tipos de artigos, como diretrizes produzidas por agências governamentais e organizações profissionais, precisam atingir o maior número de pessoas possível. Nesses casos, os editores às vezes publicam deliberadamente um material que também está sendo veiculado em outras revistas, com o consentimento dos autores e editores dessas revistas. A publicação secundária, na mesma ou em outra língua, especialmente em outros países, é justificável por várias outras razões e pode ser vantajosa desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

1. Os autores recebem aprovação dos editores de ambas as revistas (o editor envolvido com a publicação secundária deve ter uma cópia, reimpressão ou manuscrito da versão primária).
2. A prioridade da publicação primária é respeitada por um intervalo de publicação de pelo menos 1 semana (a menos que os editores tenham feito um outro acordo específico).
3. O artigo para publicação secundária destina-se a um grupo diferente de leitores; uma versão abreviada pode ser suficiente.
4. A versão secundária reproduz fielmente os dados e as interpretações da versão primária.
5. A nota de rodapé na folha de rosto da versão secundária informa aos leitores, colegas e agências de documentação que o artigo foi publicado na íntegra ou em parte e cita a referência primária. A seguinte nota de rodapé pode ser opção adequada: "Este artigo é baseado em um estudo primeiramente reproduzido em [título da revista com referência completa]".

A permissão para essa publicação secundária deve ser gratuita.

6. O título deve indicar que o artigo é uma publicação secundária (republicação completa, republicação resumida, tradução completa ou tradução resumida) de uma publicação primária. É importante notar que a NLM não considera traduções como "republicações" e não cita ou indexa traduções quando o artigo original foi publicado em uma revista indexada no MEDLINE.

7. Editores de periódicos que publicam simultaneamente em vários idiomas devem entender que a NLM indexa a versão no idioma primário. Quando o texto completo de um artigo aparece em mais de um idioma em uma edição da revista (como periódicos canadenses com o artigo em inglês e francês), ambos os idiomas são indicados na citação do MEDLINE (por exemplo, Mercer K. The relentless challenge in health care. *Healthc Manage Forum*. 2008 Summer; 21(2): 4-5. English, French. No abstract available. PMID:18795553.)

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

---

### **III. D. 4. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo estudo**

A publicação de manuscritos para expor as disputas de copesquisadores pode desperdiçar espaço da revista e confundir os leitores. Por outro lado, se os editores publicarem conscientemente um manuscrito escrito apenas por uma equipe de colaboradores, eles negam ao resto da equipe seus legítimos direitos de coautoria e aos leitores do periódico o acesso a diferenças legítimas de opinião sobre a interpretação de um estudo.

Dois tipos de submissões concorrentes são considerados: submissões de colegas que discordam da análise e interpretação de seu estudo e submissões de colegas que discordam sobre o que são os fatos e quais dados devem ser reportados.

Deixando de lado a questão não resolvida da propriedade dos dados, as seguintes observações gerais podem ajudar editores e outros profissionais a resolver tais problemas.

#### **III. D. 4. a. Diferenças na análise ou interpretação**

Se a disputa está centrada na análise ou interpretação dos dados, os autores devem submeter um manuscrito que apresente claramente ambas as versões. A diferença de opinião deve ser explicada em uma carta de apresentação. O processo normal de revisão editorial e por pares pode ajudar os autores a resolver suas divergências quanto à análise ou interpretação. Se a disputa não puder ser solucionada e o estudo merecer publicação, ambas as versões deverão ser reproduzidas. As opções incluem a publicação de dois trabalhos sobre o mesmo estudo ou um único artigo com duas análises ou interpretações. Nesses casos, o editor deveria publicar uma declaração descrevendo a divergência e o envolvimento da revista nas tentativas de resolvê-la.

#### **III. D. 4. b. Diferenças nos métodos ou resultados relatados**

Se a disputa se concentra em opiniões diferentes sobre o que foi realmente feito ou observado durante o estudo, o editor da revista deve recusar a publicação até que a divergência seja sanada. Não se deve esperar que a revisão por pares resolva tais problemas. Se houver alegações de desonestidade ou fraude, os editores devem informar as autoridades competentes; os autores devem ser avisados da intenção do editor de reportar uma suspeita de má conduta na pesquisa.

#### **III. D. 5. Manuscritos concorrentes baseados no mesmo banco de dados**

Editores às vezes recebem manuscritos de grupos de pesquisa separados que analisaram o mesmo conjunto de dados (por exemplo, de um banco de dados público). Os manuscritos podem diferir em seus métodos analíticos, conclusões ou ambos. Cada manuscrito deve ser considerado separadamente. Se a interpretação dos dados for muito semelhante, é razoável, mas não obrigatório, que os editores deem preferência ao manuscrito recebido primeiro. Entretanto, a consideração editorial de várias submissões pode ser justificada nessas circunstâncias e pode haver até mesmo uma boa razão para publicar mais de um manuscrito, já que diferentes abordagens analíticas podem ser complementares e igualmente válidas.

*Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas: Redação e Edição para Publicações Biomédicas 159*

---

### **III. E. Correspondência**

O autor correspondente/responsável tem responsabilidade primária pela comunicação com a revista, mas o ICMJE recomenda que os editores enviem cópia de qualquer correspondência a todos os autores listados.

Revistas biomédicas devem fornecer aos leitores um mecanismo para o envio de comentários, perguntas ou críticas sobre os artigos publicados, bem como relatos breves e comentários não relacionados a artigos publicados anteriormente. Isso provavelmente, mas não necessariamente, assume a forma de uma seção ou coluna de correspondência. Autores de artigos discutidos em correspondência devem ter a oportunidade de responder, preferencialmente na mesma edição em que a correspondência original aparece. Deve-se solicitar aos autores da correspondência que declarem quaisquer conflitos de interesses ou interesses concorrentes.

A correspondência publicada pode ser editada por questões de tamanho, exatidão gramatical e estilo de revista. Como alternativa, os editores podem optar por publicar correspondências não editadas, por exemplo, em seções de resposta rápida na Internet. A revista deve declarar suas práticas editoriais a este

respeito. Os autores devem aprovar alterações editoriais que modifiquem o conteúdo ou o tom de uma carta ou resposta. Em todos os casos, os editores devem procurar fazer uma triagem de declarações grosseiras, errôneas ou difamatórias e não devem permitir argumentos *ad hominem* destinados a desacreditar opiniões ou achados.

Embora os editores tenham a prerrogativa de rejeitar correspondências irrelevantes, desinteressantes ou inconsistentes, eles têm a responsabilidade de permitir que uma série de opiniões seja expressa. A coluna de correspondência não deve ser usada apenas para promover o ponto de vista da revista ou dos editores.

Para serem justos e manterem a correspondência dentro de números administráveis, os periódicos podem definir limites de tempo para responder ao material publicado e para debater um determinado tópico. As revistas também devem decidir se vão notificar os autores quando uma correspondência relacionada ao trabalho publicado deles for aparecer em seções padrão ou de resposta rápida. Os periódicos também devem definir políticas relativas ao arquivamento de correspondências não editadas reproduzidas online. Essas políticas devem ser publicadas nas versões impressa e eletrônica da revista.

### **III. F. Suplementos, edições temáticas e série especial**

Suplementos são coletâneas de artigos que abordam assuntos ou tópicos relacionados, publicados como uma edição separada da revista ou como parte de uma edição regular e geralmente financiados por outras fontes. Há evidências de que o conteúdo do suplemento pode ter qualidade inferior à da revista principal (6). Como as fontes de financiamento podem enviar o conteúdo dos suplementos por meio da escolha de tópicos e perspectivas, as revistas devem considerar a adoção dos princípios abaixo. Esses mesmos princípios se aplicam a edições temáticas ou séries especiais que tenham financiamento externo e/ou editores convidados.

1. O editor da revista deve receber e assumir total responsabilidade pelas políticas, práticas e conteúdo dos suplementos, incluindo controle total da decisão de selecionar autores, pareceristas e conteúdo para o suplemento. A organização financiadora não deve ter permissão de participar da edição.

2. O editor da revista deve manter a autoridade de enviar manuscritos do suplemento para revisão externa por pares e de rejeitar manuscritos submetidos para o suplemento. Essas condições

devem ser informadas aos autores e editores externos do suplemento antes de iniciar o trabalho editorial.

3. O editor da revista deve aprovar a nomeação de qualquer editor externo do suplemento e assumir a responsabilidade pelo trabalho deste editor externo.

4. A origem da ideia do suplemento, as fontes de financiamento para pesquisa e publicação e os produtos da fonte de financiamento que são considerados no suplemento devem ser claramente declarados e localizados de forma destacada no suplemento, preferencialmente em cada página. Sempre que possível, os suplementos devem ser financiados por mais de um patrocinador.

5. A publicidade em suplementos deve seguir as mesmas políticas adotadas no restante da revista.

6. Editores de revistas devem possibilitar que os leitores diferenciem prontamente as páginas editoriais comuns das páginas do suplemento.

7. Editores de revistas e editores de suplementos não devem aceitar favores pessoais ou remuneração de patrocinadores de suplementos.

8. A publicação secundária em suplementos (republicação de artigos publicados em outros veículos) deve ser claramente identificada pela citação do artigo original. Suplementos devem evitar publicação redundante ou duplicada. Suplementos não devem republicar resultados de pesquisa, mas a republicação de diretrizes ou outros materiais de interesse público pode ser apropriada.

9. Os princípios de autoria e divulgação de potenciais conflitos de interesses discutidos em outras partes deste documento devem ser aplicados aos suplementos.

### **III. G. Publicação eletrônica**

A maioria das revistas biomédicas agora é publicada em versões eletrônicas e impressas, sendo que algumas são publicadas somente em formato eletrônico. Uma vez que a publicação eletrônica (que inclui a Internet) é a mesma que a impressa, por razões de clareza e coerência, as recomendações deste documento devem ser aplicadas a informações médicas e de saúde publicadas eletronicamente.

A natureza das publicações eletrônicas requer algumas considerações especiais, tanto dentro como fora deste documento. No mínimo, os sites devem indicar: nomes, credenciais apropriadas, afiliações e conflitos de interesse relevantes de editores, autores e colaboradores; documentação e atribuição de referências e fontes para todo o conteúdo; informações sobre direitos autorais; propriedade do site; e patrocínio, publicidade e financiamento comercial.

O link para um site médico ou de saúde pode ser entendido como uma recomendação implícita de sua qualidade. As revistas devem, portanto, ter cautela ao criar links para outros sites. Quando os usuários clicarem em um link para outro site, seria útil que soubessem, por meio de uma declaração explícita, que estão deixando o site do periódico. Links para outros sites publicados como resultado de interesses financeiros devem ser claramente indicados como tal. Todas as datas de publicação e atualização de conteúdo devem ser indicadas. No layout eletrônico, assim como no impresso, as mensagens publicitárias e promocionais não devem se justapor ao conteúdo editorial e o conteúdo comercial deve ser claramente identificado.

A publicação eletrônica está em constante transformação. Editores devem desenvolver, disponibilizar aos autores e implementar políticas sobre questões exclusivas da publicação eletrônica. Essas questões incluem arquivamento, correção de erros, controle de versão, escolha da versão eletrônica ou impressa como revista de referência e publicação de material de apoio.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

160

Em circunstância nenhuma um periódico deve remover um artigo de seu site ou arquivo. Se uma correção ou retração for necessária, a explicação deve ser adequadamente indicada e comunicada o mais rápido possível em uma página citável de uma edição subsequente da revista.

A preservação de artigos eletrônicos em um arquivo permanente é essencial para o registro histórico. O acesso ao arquivo deve ser imediato e controlado por terceiros, como uma biblioteca, e não pela editora. O depósito em vários arquivos é incentivado.

### **III. H. Publicidade**

A publicidade está presente na maioria das revistas médicas, já que gera renda para a editora, mas ela não pode influenciar decisões editoriais. Periódicos devem ter políticas formais, explícitas e escritas para publicidade nas versões impressa e eletrônica; a política de publicidade do site deve ser equivalente à política da revista impressa. Editores devem ter autoridade completa e final para aprovar anúncios e aplicar a política de publicidade.

Quando possível, os editores devem utilizar as considerações de órgãos independentes para analisar a publicidade. Os leitores devem ser capazes de distinguir prontamente entre material publicitário e editorial. A justaposição de material editorial e publicitário sobre os mesmos produtos ou tópicos deve ser evitada. Intercalar páginas de publicidade com as de artigos interrompe o fluxo do conteúdo editorial e deve ser desencorajado. A venda de um anúncio não deve ser condicionada à sua reprodução na mesma edição de um artigo específico.

Periódicos não devem ser dominados pela publicidade, mas os editores devem ser cuidadosos ao publicar anúncios de apenas um ou dois anunciantes, pois os leitores podem entender que estes anunciantes têm influência sobre o editor.

Revistas não devem trazer anúncios de produtos que se mostraram seriamente prejudiciais à saúde, como o tabaco. Editores devem garantir que as normas regulatórias ou da indústria para anúncios específicos de seu país sejam aplicadas ou desenvolver suas próprias normas. Os interesses de organizações ou agências não devem controlar anúncios classificados e não visuais, exceto quando exigido por lei. Finalmente, os editores devem considerar todas as críticas de publicidade para publicação.

### **III. I. Revistas médicas e a mídia geral**

O interesse público em notícias de estudos médicos levou a mídia popular a competir ativamente por informações sobre pesquisa. Pesquisadores e instituições às vezes incentivam o relato de pesquisas na mídia não médica antes da publicação completa em uma revista científica por meio de coletivas de imprensa ou entrevistas.

O público tem direito a informações médicas importantes dentro de um prazo razoável e os editores têm a responsabilidade de facilitar o processo. Revistas biomédicas são publicadas principalmente para seus leitores, mas o público geral tem um interesse legítimo em seu conteúdo: um equilíbrio adequado entre essas considerações deve nortear a interação da revista com a mídia. Na prática, os médicos precisam destes relatos disponíveis com detalhes completos antes de aconselharem seus pacientes sobre as conclusões da pesquisa. Além disso, relatos da mídia sobre pesquisas científicas antes do trabalho passar pela revisão por pares e por uma análise completa podem levar à disseminação de conclusões imprecisas ou prematuras.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

*COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS*

---

Alguns países estabeleceram um sistema de embargo para impedir a veiculação de histórias na mídia geral antes da publicação da pesquisa original na revista. O embargo cria uma "igualdade de condições" que agrada a maioria dos repórteres, uma vez que minimiza a pressão de publicarem histórias que eles não tiveram tempo de preparar cuidadosamente. A consistência no momento da divulgação pública de informações biomédicas também é importante para minimizar o caos econômico, já que alguns artigos contêm informações com grande potencial de influenciar o mercado financeiro. Por outro lado, o sistema de embargo tem sido questionado como sendo um sistema que privilegia os interesses das revistas e impede a rápida disseminação de informações científicas.

As recomendações a seguir podem ser úteis para editores que buscam estabelecer políticas sobre esses problemas.

- Editores podem promover a divulgação ordenada de informações médicas de pesquisadores ao público, por meio de revistas revisadas por pares. Isso pode ser feito por acordos: com os autores para que não divulguem seu trabalho enquanto o manuscrito estiver em consideração ou aguardando publicação e com a mídia para que não veicule histórias antes da publicação da pesquisa original na revista; em troca, a revista cooperará com a mídia na preparação de histórias precisas.
- Editores precisam ter em mente que um sistema de embargo funciona com base na confiança; não existe nenhum mecanismo formal de fiscalização ou policiamento. A decisão de um número significativo de meios de comunicação ou de revistas biomédicas de não respeitar o sistema de embargo levaria à sua rápida dissolução.
- Pouquíssimos estudos médicos têm implicações clínicas tão claras e urgentes para a saúde pública que justifiquem a divulgação da notícia antes da publicação completa em uma revista. No entanto, se tais circunstâncias excepcionais existirem, cabe às autoridades competentes responsáveis pela saúde pública



decidir se devem ou não divulgar a informação previamente aos médicos e aos meios de comunicação e se responsabilizar por esta decisão. Se o autor e as autoridades competentes desejarem que um manuscrito seja avaliado por uma revista específica, o editor deverá ser consultado antes de qualquer divulgação pública. Se os editores reconhecerem a necessidade da divulgação imediata, deverão renunciar às suas políticas de limitação da publicidade pré-publicação.

- As políticas de limitação da publicidade pré-publicação não se aplicam a relatos na mídia de apresentações em encontros científicos ou aos resumos desses encontros (ver Publicação redundante). Pesquisadores que apresentam seu trabalho em um encontro científico devem se sentir à vontade para discuti-lo com repórteres, mas devem ser desencorajados a oferecer detalhes do estudo além do que foi divulgado na palestra.
- Quando um artigo está em vias de ser publicado, os editores devem ajudar a mídia a preparar relatos precisos, fornecendo notas de imprensa, respondendo a perguntas, disponibilizando cópias antecipadas da revista ou encaminhando os repórteres aos especialistas adequados. Essa assistência vai depender da cooperação da mídia em divulgar uma história coincidindo com a publicação do artigo.
- Editores, autores e a mídia devem aplicar os princípios acima ao material divulgado antecipadamente nas versões eletrônicas das revistas.

*Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas: Redação e Edição para Publicações Biomédicas 161*

---

### **III. J. Obrigatoriedade de registro de ensaios clínicos**

O ICMJE acredita que é importante promover um banco de dados de ensaios clínicos abrangente e disponível publicamente. O ICMJE define ensaio clínico como qualquer projeto de pesquisa que prospectivamente submete seres humanos a uma intervenção, comparação simultânea ou grupos de controle para estudar a relação causa-efeito entre uma intervenção médica e um desfecho de saúde. Intervenções médicas incluem medicamentos, procedimentos cirúrgicos, dispositivos, tratamentos comportamentais, mudanças no processo de cuidado e outros.

Os periódicos membros do ICMJE exigirão, como condição de consideração para publicação, inscrição em um registro público de ensaios clínicos. Os detalhes desta política estão contidos em uma série de editoriais (ver Editoriais, em Perguntas frequentes). O ICMJE incentiva os editores de outras revistas biomédicas a adotarem políticas semelhantes.

O ICMJE não endossa um registro específico, mas seus periódicos membros devem exigir que os autores inscrevam seu estudo em um registro que atenda a vários critérios. O registro deve oferecer acesso gratuito ao público, estar aberto a todos os possíveis inscritos e ser gerenciado por uma organização sem fins lucrativos. É preciso que haja um mecanismo para garantir a validade dos dados de registro, que devem ser eletronicamente pesquisáveis. O registro de ensaios com campos vazios ou que contenham terminologia não informativa é inadequado.

É importante observar que o ICMJE requer o registro da metodologia do ensaio, mas não de seus resultados, pois reconhece os problemas potenciais que podem surgir a partir da publicação de resultados de pesquisa que não foram submetidos a um processo independente de revisão por pares. No entanto, o ICMJE entende que a *Food and Drug Administration Amendments Act of 2007* (FDAAA — Emenda de Lei de 2007 da Administração de Alimentos e Drogas) dos Estados Unidos exige que os pesquisadores registrem os resultados. O ICMJE não considerará os resultados como publicação anterior se eles forem incluídos no mesmo registro primário do ensaio clínico e publicados no formato tabular determinado pela FDAAA. Pesquisadores devem estar cientes de que editores de revistas que seguem as recomendações do ICMJE podem considerar uma descrição mais detalhada dos resultados do ensaio e resultados publicados em registros que não sejam o primário (ClinicalTrials.gov no caso da FDAAA) como publicação prévia. O ICMJE prevê que o contexto para o registro de resultados mudará drasticamente nos próximos anos e talvez precise alterar essas recomendações à medida que outras agências estabelecerem outras diretrizes relacionadas ao registro de resultados.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro do ensaio no final do resumo. O ICMJE também sugere que os autores listem o número de registro, quando disponível, ao usarem o acrônimo do ensaio pela primeira vez para se referir ao estudo que estão reportando ou a outros ensaios que mencionarem no manuscrito.

## **IV. Preparação e submissão de manuscritos**

### **IV. A. Preparação de um manuscrito para submissão a revistas biomédicas**

Editores e revisores passam muitas horas lendo manuscritos e, portanto, preferem receber manuscritos que são fáceis de ler e editar. Grande parte das informações contidas nas Instruções aos Autores de uma revista foi elaborada para atingir esse objetivo de forma a atender às necessidades editoriais específicas de cada periódico. As informações a seguir orientam a preparação de manuscritos para qualquer revista.

#### **IV. A. 1. a. Princípios gerais**

O texto de artigos observacionais e experimentais geralmente (mas não necessariamente) é dividido nas seguintes seções: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão. Esta estrutura chamada "IMRD" não é um formato de publicação arbitrário, mas sim um reflexo direto do processo de descoberta científica. Artigos longos podem precisar de subtítulos em algumas seções (especialmente Resultados e Discussão) para esclarecer seu conteúdo. Outros tipos de artigos, como relatos de casos, revisões e editoriais, provavelmente vão precisar de um formato diferente.

Os formatos eletrônicos criaram oportunidades para adicionar, apenas nesta versão, detalhes ou seções inteiras, justapondo informações, criando links cruzados ou extraíndo partes de artigos. Autores precisam trabalhar em estreita colaboração com editores no desenvolvimento ou no uso desses novos formatos de publicação e devem enviar o material eletrônico complementar para revisão por pares.

Espaçamento duplo em todas as partes do manuscrito — incluindo folha de rosto, resumo, texto, agradecimentos, referências, tabelas individuais e legendas — e margens generosas permitem que editores e revisores editem o texto linha por linha e adicionem comentários e perguntas diretamente na cópia impressa. Se os manuscritos forem enviados eletronicamente, os arquivos deverão ter espaçamento duplo para facilitar a impressão para revisão e edição. Os autores devem numerar todas as páginas do manuscrito consecutivamente, começando pela folha de rosto, para facilitar o processo editorial.

#### **IV. A. 1. b. Diretrizes de relato para estudos com delineamentos específicos**

Relatos de pesquisa frequentemente omitem informações importantes. Foram desenvolvidas diretrizes de relato para diversos delineamentos de estudo. Algumas revistas podem pedir aos autores que as sigam. Autores devem consultar as Informações para Autores da revista escolhida.

Os requisitos gerais listados na próxima seção estão relacionados a elementos essenciais de relato para todos os delineamentos de estudo. Autores também são incentivados a consultar diretrizes de relatos relevantes ao seu delineamento de pesquisa específico. Uma boa fonte de diretrizes de relatos é a EQUATOR Network (<http://www.equator-network.org/home/>).

#### **IV. A. 2. Folha de rosto**

A folha de rosto deve conter as seguintes informações:

1. Título do artigo. Títulos concisos são mais fáceis de ler que os longos e complicados. No entanto, títulos muito curtos podem omitir informações importantes, como o delineamento do estudo (que é particularmente importante na identificação de ensaios randomizados e controlados). Os autores devem incluir no título todas as informações que façam a identificação eletrônica do artigo tanto sensível quanto específica.

2. Nomes dos autores e afiliações institucionais. Alguns periódicos publicam o(s) mais alto(s) grau(s) acadêmico(s) de cada autor, enquanto outros não.
3. O nome do(s) departamento(s) e instituição(ões) ao(s) qual(is) o trabalho deve ser atribuído.
4. Avisos, se houver.
5. Informações de contato dos autores correspondentes. Nome, endereço, números de telefone e fax e e-mail do autor responsável por correspondências sobre o manuscrito (o "autor correspondente", que pode ou não ser o "responsável" pela integridade do estudo). O autor correspondente deve indicar claramente se seu endereço de e-mail pode ser publicado.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

162

6. O nome e o endereço do autor a quem as solicitações de reimpressão devem ser endereçadas ou uma declaração dos autores informando que reimpressões não estão disponíveis.
7. Fonte(s) de apoio na forma de subsídios, equipamentos, medicamentos ou todos os anteriores.
8. Um título curto para o cabeçalho. Algumas revistas solicitam um título curto para o cabeçalho ou rodapé, geralmente com até 40 caracteres (incluindo letras e espaços) no rodapé da folha de rosto. Os títulos curtos são publicados na maioria das revistas, mas também são usados na redação de algumas revistas para arquivamento e localização de manuscritos.
9. Contagem de palavras. A contagem de palavras somente do texto (excluindo resumo, agradecimentos, legendas de figuras e referências) permite que editores e revisores avaliem se as informações contidas no artigo justificam o espaço dedicado a ele e se o manuscrito enviado está dentro dos limites de palavras da revista. Uma contagem de palavras separada para o Resumo é útil pelo mesmo motivo.
10. Número de figuras e tabelas. Para que a equipe editorial e os revisores possam determinar se as figuras e tabelas que deveriam acompanhar um manuscrito foram realmente incluídas, é preciso citar os números das figuras e tabelas na folha de rosto.

#### **IV. A. 3. Página de declaração de conflitos de interesses**

Para evitar que potenciais conflitos de interesses sejam ignorados ou colocados em uma seção inadequada, essas informações precisam fazer parte do manuscrito. O ICMJE desenvolveu para seus periódicos membros um formulário padrão para esta declaração ([http://www.icmje.org/coi\\_disclosure.pdf](http://www.icmje.org/coi_disclosure.pdf)). Outras revistas também podem adotar este formulário. As revistas podem incluir essas informações em locais diferentes e algumas não enviam informações sobre conflitos de interesses para revisores (Ver *Seção II. D. Conflitos de interesses*).

#### **IV. A. 4. Resumo**

Resumos estruturados são preferíveis para pesquisas originais e revisões sistemáticas. O resumo deve fornecer o contexto ou fundamento para o estudo e indicar seu propósito, procedimentos básicos (seleção de participantes ou animais de laboratório para o estudo, métodos observacionais e analíticos), achados importantes (informando tamanhos de efeitos específicos e sua significância estatística, se possível), conclusões principais e fontes de financiamento. Deve enfatizar aspectos novos e importantes do estudo ou observações. Artigos sobre ensaios clínicos devem incluir em seus resumos os itens que o grupo CONSORT identificou como essenciais ([http://www.consort-statement.org/?\\_1190](http://www.consort-statement.org/?_1190)).

Como os resumos são a única parte substancial do artigo indexada em muitos bancos de dados eletrônicos e a única parte que muitos leitores leem, os autores precisam ter cuidado para que eles reflitam com precisão o conteúdo do artigo. Infelizmente, as informações contidas em muitos resumos diferem das do texto (7). O formato exigido para resumos estruturados pode mudar de revista para revista, com algumas usando mais de um formato; os autores precisam preparar seus resumos conforme especificado pela revista que escolheram.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro do ensaio no final do resumo. O ICMJE também sugere que os autores listem o número de registro, quando disponível, ao usarem o acrônimo do ensaio pela primeira vez para se referir ao estudo que estão reportando ou a outros ensaios que mencionarem no manuscrito.

*DST - J bras Doenças Sex Transm 2011; 23(3): 152-164*

COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

---

#### **IV. A. 5. Introdução**

A introdução oferece o contexto ou fundamento do estudo (ou seja, a natureza do problema e sua significância). Ela indica o propósito específico/objetivo da pesquisa ou ainda a hipótese testada pelo estudo ou observação; o objetivo da pesquisa é muitas vezes mais direcionado quando formulado como pergunta. Os objetivos principal e secundário devem ser claros e qualquer análise de um subgrupo pré-especificado deve ser descrita. Deve apresentar apenas referências diretamente pertinentes e não incluir dados ou conclusões do trabalho sendo relatado.

#### **IV. A. 6. Métodos**

A seção Métodos deve incluir somente informações disponíveis no momento em que o plano ou protocolo do estudo foi escrito; todas as informações obtidas durante o estudo pertencem à seção Resultados.

##### **IV. A. 6. a. Seleção e descrição dos participantes**

A seleção dos participantes observacionais ou experimentais (pacientes ou animais de laboratório, incluindo controles) deve ser reportada claramente, incluindo critérios de elegibilidade e exclusão e uma descrição da população-fonte. Como a relevância de variáveis como idade e gênero para o objeto da pesquisa nem sempre é clara, os autores devem explicar seu uso quando estas forem incluídas em um relato de estudo; por exemplo, os autores devem explicar por que apenas participantes de determinadas idades foram incluídos ou por que as mulheres foram excluídas. O princípio orientador sobre como e por que um estudo foi feito de uma determinada maneira deve ser a clareza. Quando autores usam variáveis como raça ou etnia, eles devem definir como mediram essas variáveis e justificar sua relevância.

##### **IV. A. 6. b. Informações técnicas**

Métodos, aparelhos (indicando o nome e o endereço do fabricante entre parênteses) e procedimentos devem ser identificados em detalhes suficientes para permitir que outros reproduzam os resultados. Deve-se ainda: fornecer referências de métodos estabelecidos, incluindo métodos estatísticos (ver abaixo); apresentar referências e descrições breves de métodos que foram publicados, mas não são bem conhecidos; descrever métodos novos ou substancialmente modificados, informando as razões para usá-los e avaliando suas limitações. Todos os medicamentos e produtos químicos usados devem ser declarados com precisão, incluindo nome(s) genérico(s), dose(s) e via(s) de administração. Autores que submetem manuscritos de revisão devem incluir uma seção descrevendo os métodos utilizados para identificar, selecionar, extrair e sintetizar os dados. Uma breve descrição desses métodos também deve estar presente no resumo.

##### **IV. A. 6. c. Estatística**

Esta seção descreve os métodos estatísticos com detalhes suficientes para permitir que um leitor experiente com acesso aos dados originais verifique os resultados relatados. Quando possível, é importante quantificar os achados e apresentá-los com indicadores apropriados de erro ou incerteza de medição (como intervalos de confiança). Deve-se evitar depender exclusivamente de testes estatísticos de hipóteses, como valores de *p*, que não transmitem informações importantes sobre o tamanho do efeito. É importante informar as referências para o delineamento do estudo com fonte completa.

Tabelas adicionais contendo dados de apoio muito extensos para a versão impressa podem ser adequadas para a versão eletrônica da revista, depositadas em um serviço de arquivamento ou disponibilizadas aos leitores diretamente pelos autores. Uma declaração adequada deve ser adicionada ao texto para informar aos leitores que essas informações adicionais estão disponíveis e onde estão localizadas. Essas tabelas devem ser submetidas para consideração com o artigo para que fiquem disponíveis para os pareceristas.

#### **IV. A. 11. Imagens (figuras)**

As figuras devem ser desenhadas e fotografadas profissionalmente ou enviadas como arquivos para impressão digital com qualidade fotográfica. Além de exigir uma versão das figuras adequada para impressão, alguns periódicos agora pedem aos autores os arquivos eletrônicos das figuras em um formato (por exemplo, JPEG ou GIF) que produzirá imagens de alta qualidade para a versão eletrônica da revista; os autores devem avaliar as imagens desses arquivos na tela do computador antes de enviá-los para ter certeza de que atendem aos seus próprios padrões de qualidade.

Para radiografias, imagens de diagnóstico, bem como imagens de amostras de exames anatomopatológicos ou fotomicrografias, deve-se enviar impressões fotográficas nítidas, brilhantes, em preto-e-branco ou coloridas, geralmente de 127–173 mm (5–7 polegadas). Embora alguns periódicos redesenhem as figuras, muitos não o fazem. Letras, números e símbolos das figuras devem, portanto, ser claros, consistentes e grandes o bastante para permanecerem legíveis quando a figura for reduzida para publicação. Figuras devem ser o mais autoexplicativas possível, pois muitas serão usadas diretamente em slides de apresentações. Títulos e explicações detalhadas devem estar nas legendas e não nas próprias imagens.

Fotomicrografias devem ter marcadores de escala internos. Símbolos, setas ou letras usados em fotomicrografias devem contrastar com o fundo.

Fotografias que possam identificar pessoas devem ser acompanhadas por permissão por escrito para seu uso.

Figuras devem ser numeradas consecutivamente de acordo com a ordem em que foram citadas no texto. Se uma figura tiver sido publicada anteriormente, é preciso citar a fonte original e solicitar ao detentor dos direitos autorais uma permissão por escrito para reproduzi-la. A permissão é necessária independentemente da autoria ou editora, exceto para documentos de domínio público.

Para imagens coloridas, verifique se a revista exige negativos coloridos, transparências positivas ou impressões coloridas. Desenhos associados com marcações para indicar a região a ser reproduzida podem ser úteis para o editor. Alguns periódicos publicam imagens coloridas somente se o autor pagar um custo adicional.

Autores devem consultar a revista sobre os requisitos para figuras submetidas em formato eletrônico.

#### **IV. A. 12. Legendas das imagens (figuras)**

Legendas de imagens devem ser digitadas ou impressas usando espaçamento duplo, começando em uma página separada, com números arábicos correspondentes às ilustrações. Quando símbolos, setas, números ou letras são usados para identificar partes das imagens, eles devem ser indicados e explicados claramente na legenda. Deve-se explicar a escala interna e identificar o método de coloração em fotomicrografias.

#### **IV. A. 13. Unidades de medida**

Medições de comprimento, altura, peso e volume devem ser descritas em unidades métricas (metro, quilograma ou litro) ou em seus múltiplos decimais.

Temperaturas devem estar em graus Celsius. A pressão arterial deve estar em milímetros de mercúrio, a menos que outras unidades sejam especificamente exigidas pelo jornal.

Periódicos diferem quanto às unidades que usam para relatar medições hematológicas, de bioquímica clínica e outras. Autores devem consultar as Informações para Autores da revista em particular e reportar as informações laboratoriais tanto no sistema local quanto no Sistema Internacional de Unidades (SI). Editores podem solicitar que autores incluam unidades alternativas ou não SI, já que as unidades SI não são universalmente usadas. Concentrações de medicamentos podem ser relatadas em SI ou unidades de massa, mas a alternativa deve ser fornecida entre parênteses quando apropriado.

#### **IV. A. 14. Abreviações e símbolos**

Apenas abreviações padrão devem ser usadas; o uso de abreviações que não sejam padrão pode confundir os leitores. Deve-se evitar abreviações no título do manuscrito. O termo por extenso seguido da abreviação entre parênteses deve ser usado na primeira menção, a menos que a abreviação seja uma unidade de medida padrão.

#### **IV. B. Envio do manuscrito para a revista**

Um número cada vez maior de revistas agora aceita a submissão eletrônica de manuscritos, seja em disco, como anexo de e-mail ou por download diretamente no site da revista. A submissão eletrônica economiza tempo e dinheiro, permitindo que o manuscrito seja trabalhado em formato digital durante todo o processo editorial (por exemplo, quando é enviado para revisão). Para instruções específicas sobre submissão eletrônica, os autores devem consultar as Instruções aos Autores da revista.

Para a submissão do manuscrito em papel, deve-se enviar o número requerido de cópias do manuscrito e das figuras; todos são necessários para a revisão por pares e edição, não cabendo à equipe editorial fazer as cópias necessárias.

Os manuscritos devem ser acompanhados por uma carta de apresentação com as seguintes informações:

- Declaração completa ao editor sobre todas as submissões e relatos anteriores que possam ser considerados como publicação redundante do mesmo trabalho ou de trabalhos muito semelhantes. Qualquer trabalho desse tipo deve ser mencionado de forma específica e referenciado no novo artigo. Cópias desse material devem ser incluídas com o documento enviado para ajudar o editor a resolver a situação.
- Declaração de relações financeiras ou de outra natureza que possam levar a um conflito de interesses, se essa informação não estiver incluída no próprio manuscrito ou no formulário do autor.
- Declaração de que o manuscrito foi lido e aprovado por todos os autores, que os requisitos para autoria, mencionados anteriormente neste documento, foram atendidos e que cada autor acredita que o manuscrito é um trabalho honesto se essa informação não for fornecida de outra forma (ver abaixo).
- Nome, endereço e número de telefone do autor correspondente — responsável por comunicar os outros autores sobre revisões e aprovação final —, se essa informação não estiver incluída no próprio manuscrito.

A carta deve fornecer qualquer informação adicional que possa ser útil ao editor, como o tipo ou formato de artigo que o manuscrito representa em determinada revista. Se o manuscrito tiver sido submetido anteriormente a outro periódico, seria produtivo incluir os comentários do editor e dos revisores anteriores com o manuscrito submetido, bem como as respostas dos autores a esses comentários. Editores incentivam os autores a enviar essas comunicações anteriores. Isso pode agilizar o processo de revisão.

Muitos periódicos agora fornecem uma lista de verificação de pré-submissão para ajudar o autor a garantir que todos os componentes do envio foram incluídos. Algumas revistas também passaram a exigir que os autores preencham listas de verificação para relatos de determinados tipos de estudo (por exemplo, a lista de verificação CONSORT para relatos de ensaios randomizados e controlados). Autores devem confirmar se a revista usa tais listas e enviá-las com o manuscrito, se forem solicitadas.

Cartas de permissão para reprodução de materiais e figuras previamente publicados, relatar informações sobre pessoas passíveis de identificação ou agradecer indivíduos por suas contribuições devem acompanhar o manuscrito.

## V. Referências

### A. Referências citadas neste documento

1. Davidoff F, for the CSE Task Force on Authorship. Who's the author? Problems with biomedical authorship, and some possible solutions. *Science Editor*. 2000;23:111-9.
2. Yank V, Rennie D. Disclosure of researcher contributions: a study of original research articles in *The lancet*. *Ann Intern Med* 1999;130:661-70.
3. Flanagan A, Fontanarosa PB, DeAngelis CD. Authorship for research groups. *JAMA*. 2002;288:3166-8.
4. Godlee F, Jefferson T. *Peer Review in Health Sciences*. London: BMJ Books; 1999.
5. <http://www.wma.net/e/policy/b3.htm> (accessed June 26, 2009).
6. Rochon PA, Gurwitz JH, Cheung CM, Hayes JA, Chalmers TC. Evaluating the quality of articles published in journal supplements compared with the quality of those published in the parent journal. *JAMA* 1994;272:108-13.
7. Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. *JAMA* 1999;281:1110-1.

### B. Outras fontes de informação relacionadas a revistas biomédicas

World Association of Medical Editors (WAME)  
Council of Science Editors (CSE)  
European Association of Science Editors (EASE)  
Cochrane Collaboration

Committee on Publication Ethics (COPE)  
EQUATOR NETWORK <http://www.equator-network.org>

## VI. Sobre o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas

O ICMJE é um grupo de editores de revistas médicas gerais cujos participantes se reúnem anualmente e financiam o trabalho sobre os Requisitos Uniformes para Manuscritos. O ICMJE aceita comentários sobre este documento e sugestões para itens de agenda.

## VII. Autores dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas

Os periódicos e organizações participantes do ICMJE e seus representantes que aprovaram a revisão dos Requisitos Uniformes para Manuscritos em abril de 2010 incluem: *Annals of Internal Medicine*, *British Medical Journal*, *Canadian Medical Association Journal*, *China Medical Journal*, *Croatian Medical Journal*, *Journal of the American Medical Association*, *Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde* (Revista de Medicina Holandesa), *New England Journal of Medicine*, *New Zealand Medical Journal*, *The Lancet*, *The Medical Journal of Australia*, *Revista Médica de Chile*, *Tidsskrift for Den Norske*

*lægeforening* (Revista da Associação Médica Norueguesa), *Ugeskrift for læger* (Revista da Associação Médica Dinamarquesa), a NLM dos EUA e a World Association of Medical Editors.

COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

---

*DST - J bras Doenças Sex Transm* 2011; 23(3): 152-164

## VIII. Uso, distribuição e tradução dos Requisitos Uniformes

Usuários podem imprimir, copiar e distribuir este documento sem custos para fins educacionais e não lucrativos. O ICMJE não tem estoque de cópias em papel (reimpressões) deste documento.

A política do ICMJE determina que as organizações interessadas incluam o link para o documento oficial em inglês em [www.ICMJE.org](http://www.ICMJE.org). O ICMJE não endossa a publicação do documento em sites que não sejam o do ICMJE.

O ICMJE permite que organizações reimprimam ou traduzam este documento em idiomas diferentes do inglês para fins não lucrativos. No entanto, o ICMJE não tem recursos para traduzir, retrotraduzir ou aprovar versões reimpressas ou traduzidas do documento. Assim, quaisquer traduções devem incluir de forma destacada a seguinte declaração: "Esta é uma (*reimpressão/tradução para o idioma (inserir o idioma)*) dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas, elaborados pelo ICMJE. (*inserir o nome da organização*) preparou esta tradução com o apoio de (*inserir o nome da fonte de financiamento, se houver*). O ICMJE não endossou nem aprovou o conteúdo desta reimpressão/tradução. O ICMJE atualiza periodicamente os Requisitos Uniformes; portanto, esta reimpressão/tradução preparada em (*inserir data*) pode não representar com precisão a versão atual e oficial encontrada em [www.ICMJE.org](http://www.ICMJE.org). A versão oficial do documento está localizada em [www.ICMJE.org](http://www.ICMJE.org)".

Não exigimos que indivíduos ou organizações que queiram reimprimir ou traduzir o documento obtenham permissão formal e por escrito do ICMJE. No entanto, o ICMJE solicita que tais indivíduos ou organizações forneçam à secretaria do ICMJE a citação da reimpressão ou tradução para que o ICMJE possa manter um registro dessas versões do documento.

## IX. Perguntas

Antes de enviar uma pergunta, consulte as Perguntas Frequentes (*Frequently Asked Questions*) em [www.icmje.org](http://www.icmje.org), já que esta seção do site fornece respostas às perguntas mais comuns.

Dúvidas sobre os Requisitos Uniformes devem ser enviadas à Secretaria do ICMJE usando o link "Fale com o ICMJE (*Contact ICMJE*)" na página inicial do [www.icmje.org](http://www.icmje.org). Não envie perguntas sobre estudos individuais, estilos ou políticas de determinada revista para a secretaria do ICMJE. O ICMJE não arquiva informações de contato de cada revista. Manuscritos destinados à submissão devem ser enviados diretamente para a revista, não para o ICMJE.